

PRESIDÊNCIA

ESTADO DE PERNAMBUCO - PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: **JANEIRO /2016 a DEZEMBRO/2016**

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Nota1)	
	(Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.323.651.986,34	-
Pessoal Ativo (Nota 2)	1.099.657.770,83	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	223.994.215,51	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	(227.537.725,65)	-
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
(-) Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	(3.543.510,14)	-
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (Nota 3)	(223.994.215,51)	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.096.114.260,69	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
REC EITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	20.859.630.970,82	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa+IIIb)	1.096.114.260,69	5,25
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF)	1.251.577.858,25	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.188.998.965,34	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	1.126.420.072,43	5,40

FONTE: Sistema e-Fisco Financeiro - Unidade Responsável - Diretoria de Contabilidade - Recife, 24/01/2017.

Nota1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota2. Foi deduzido da despesa bruta com Pessoal Ativo, o montante de R\$ 429.192,55, referente as receitas de ressarcimento de pessoal à disposição arrecadadas pelo Poder, consideradas aquelas cujo ingresso ocorreu no período de janeiro/16 a dezembro/16, relativas ao período de competência do relatório, consoante previsto no MDF - 6ª edição da Secretaria do Tesouro Nacional.

Nota3. O montante das contribuições previdenciárias FUNAFIN no período de janeiro/16 a dezembro/16 foi superavitário em relação às despesas com Inativos e Pensionistas em R\$ 75.650.739,77. No entanto, para fins de evidência deste demonstrativo, foi informado no campo das despesas não computadas (Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados) o valor de R\$ 223.994.215,51, limitado este ao total da referida despesa. Acórdão T.C. nº 1352/13.

Des. Leopoldo de Arruda Raposo

Presidente

Carleide Maria Bezerra

Diretor de Contabilidade

CRC-PE 019946/O

Francisco José Freitas de Abreu Santos

Diretor Financeiro

Wladimir Alves Gomes

Chefe da Controladoria